SINDSERV

ALERTA SERVIDOR

Informativo do Sindserv - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião

unidos PRA LUTAR

Agosto de 2015 - Ano IX - Edição - 142 - Distribuição Dirigida

Mesmo com ameaças, servidores voltam às ruas e pedem reposição

Pela segunda vez em menos de três meses, o servidor público de São Sebastião, mesmo sofrendo ameaças, esteve nas ruas para reivindicar a reposição salarial de 9,35%. Na Câmara, foram cobradas ações efetivas dos vereadores, o que originou na aprovação de um requerimento.

págs. 4 e 5

Sindserv flagra péssimas condições de trabalho na Ciretran

pág. 3

Greve geral e demissões na Região Metropolitana

pág. 8

Conselheiros do FAPS terão de prestar contas na Câmara

pág. 6

Comissão de Segurança é revitalizada

pág. 6

EDITORIAL

A cobrança continuará....

Depois do dia 19 de maio, os servidores públicos municipais foram às ruas de São Sebastião em 11 de agosto para protestar novamente pelo direito constitucional da reposição salarial da categoria.

Na primeira, pelo menos 400 servidores, e nesta segunda paralisação, mais de 120. Consideramos o número extremamente positivo, visto as ameaças e assédios que foram feitos aos servidores antes e durante o manifesto histórico.

O Sindserv continua aberto para dialogar com a administração, mas esta não poderá furtar o nosso direito de reivindicar aquilo que é garantido por lei.

As ameaças de perseguições e represálias não podem ser aceitas em uma sociedade que se diz democrática.

Nossa luta está apenas começando e não vamos e nem podemos nos calar.

> *“Nossa luta está apenas começando e não vamos e nem podemos nos calar”*

Vamos exigir o repasse da inflação de 9,35%, percentual que nos é devido por lei.

Além da administração, o Sindserv também tem cobrado ações efetivas por parte dos vereadores, principalmente aqueles que são servidores públicos.

Companheiros, quero lembrar a todos que é responsabilidade do vereador, fiscalizar e controlar as contas públicas. A Câmara foi encarregada pela Constituição da República de acompanhar a execução do orçamento do município e verificar a legalidade dos atos do Poder Executivo.

É função do vereador avaliar permanentemente a gestão e ações do prefeito. Desse modo, essa responsabilidade recai duplamente sobre os pares que são servidores, pois toda essa questão de campanha salarial envolve e interessa diretamente a eles.

Por fim, no tocante as negociações com a administração - após termos conseguido a reposição de 6,28% nos salários -, pouco se avançou. A administração apenas se comprometeu a voltar a conversar sobre a reposição com o índice restante, quando tiver um resultado favorável nos processos de pagamento de IPTU pela Petrobras....o que, é claro, a categoria não aceitou.

Audrei Guatura

Presidente do Sindserv

EXPEDIENTE

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)
Rua José David do Vale, nº 33 – Centro – São Sebastião / SP
Fone: (12) 3892.1545 / FAX: (12) 3892.4097

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo@sindserv.com
Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos

Diretoria:
Audrei Queli Guatura (presidente); Roseli Paturalski (vice-presidente); Anderson Santos de Souza (secretário geral); Carlos Eduardo Amorim da Silva (1º secretário); Edna Barbosa Ribeiro Cardoso (2º secretária); Rafael Corrêa de Aquino (1º tesoureiro); Benedito Francisco (2º tesoureiro)
Suplentes: Ivan Moreira Silva; Marinalva Ferreira da Silva Melo; Ricardo Luiz de Oliveira; Juliana Aparecida da Silva; Patty Saydel Matsuhashi; Josiel de Carvalho; Marcos Roberto Paixão Marques Correa.

Conselho Fiscal:
Tania Regina Sarak; Jehovan Maria de Jesus; Eliete Aparecida dos Santos Freitas. Suplentes: Rosa Maria Fernandes Nobrega; Natanael Antonio dos Santos; Rodrigo Francisco da Silva. Conselho Representante: Belmiro dos Santos Rodrigues; Alexandre Lisboa Ferreira. Suplentes: Ivaldo Paixão Tavares Braga; Paulo Sérgio da Silva.

Jornalista: Acácio Gomes – MTB 40.024/SP
Diagramação: Marizia Silva
Impressão: Atlântica Gráfica e Editora
Tiragem: 2.500 exemplares

Lei contra assédio moral vai completar 11 anos

Poucos sabem, mas em São Sebastião a Câmara aprovou e promulgou uma lei que trata da questão do assédio moral em novembro de 2004.

Com apenas seis artigos, a lei é específica quanto às punições para quem cometer esse tipo de infração.

O servidor, seja efetivo ou nomeado, poderá receber advertência escrita, suspensão cumulativa com a obrigatoriedade de participação em curso de comportamento profissional, multa ou até mesmo exoneração ou demissão.

Segundo a lei, assédio moral é todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja a autoestima, a segurança, a dignidade e moral de um servidor ou funcionário, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, causando-lhe constrangimento ou vergonha, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional, a estabilidade ou equilíbrio do vínculo empregatício e a saúde física ou mental do servidor ou funcionário.

Preste atenção servidor o que pode caracterizar assédio moral:

- Se seu chefe marcar tarefas para você com prazos impossíveis de serem realizados;
- Passar alguém de determinada área de responsabilidade para funções triviais;
- Tomar créditos de suas ideias;
- Ignorar ou excluir você de ações e atividades pertinentes a sua função;
- Se seu chefe só se dirigir a você através de terceiros;
- Espalhar rumores maldosos e maliciosos de ordem profissional.

Sindserv flagra!!

O Sindicato dos Servidores apura uma denúncia de condições insalubres em que trabalham os funcionários da Ciretran em um prédio alugado pela Prefeitura e que funciona no centro de São Sebastião. Além de um local com mofo e infiltração, denúncias dão conta de que os servidores só teriam 20 minutos de almoço.

O Sindserv vai cobrar explicações da administração municipal, bem como da diretoria da Ciretran de São Sebastião.

ANOTE AÍ

27/08
Assembleia Comissão de Educação
17h: Sede do Sindserv - Centro

04/09
Vence o prazo para que o prefeito explique aos vereadores por quais motivos não concedeu a reposição salarial

06/09
Ato em prol da reposição salarial – Desfile Cívico - 8h: Rodovia SP-55 - Boiçucanga

07/09
Ato em prol da reposição salarial – Desfile Cívico - 8h: Avenida da Praia - Centro

Espaço Jurídico

Desvio de função
O advogado do Sindserv, Ricardo Harada, informa que já ganhou para diversos funcionários ações de desvio de função na Justiça. Ele explica que após a Prefeitura ser condenada a pagar as diferenças salariais entre o cargo que o funcionário está em desvio de função e o que prestou o concurso, a administração sempre recorre ao Tribunal de Justiça para reverter a decisão judicial favorável ao servidor público. Ocorre que o Tribunal tem reconhecido o desvio de função e acaba por concordar com a sentença do juiz de 1° grau reconhecendo o direito do servidor. O advogado disse ainda que três processos de servidores que estavam em desvio já voltaram do Tribunal e os valores que os mesmos têm a receber estão sendo executados.

Ação de Insalubridade
O advogado Ricardo Harada esclareceu que diversos funcionários estão sem receber o adicional de insalubridade. Ele relatou que já ganhou várias ações na Justiça para servidores públicos que passaram a receber o adicional de insalubridade. O Sindserv esclarece que todos os servidores que desempenham atividade insalubre ou perigosa têm direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade. Aqueles que não estão recebendo adicional devem procurar o Jurídico do Sindserv.

Aposentadoria especial
O Sindserv relata que já são dois servidores públicos que conquistaram o direito de aposentar na modalidade especial por terem trabalhado em condições insalubres pelo período de 25anos. O último servidor aposentado é pintor e trabalhou por mais de 25 anos em condições insalubres. Desta forma, o Jurídico do Sindserv está á disposição de todos os trabalhadores que queriam se aposentar na modalidade especial e que tenham cumprido o requisito de exercerem suas atribuições por mais de 25 anos em condições especiais (insalubridade ou periculosidade).

Nota de esclarecimento
O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv) vem a público esclarecer alguns fatos sobre o caso do pagamento de salários aos funcionários da Câmara. No início do mês passado, o Sindserv foi procurado por um grupo de servidores sindicalizados do Legislativo para que a entidade intercedesse em favor deles por conta do anúncio de corte de parte dos salários anunciado pelo presidente da Câmara, Luiz Antônio de Santana Barroso, o Coringa (PSD). Esse corte foi determinado após o presidente receber uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para interromper e extinguir qualquer benefício pago aos servidores (como incorporações e quinquênios), que foram aprovadas através de resoluções da própria Câmara desde o ano de 2005. O Sindserv esclarece que o questionamento feito pela entidade na Justiça de São Sebastião e no Tribunal de Justiça de São Paulo foi quanto à garantia do direito constitucional de ampla defesa por cada um dos servidores atingidos pela medida. Não é o Sindserv e nem tampouco os servidores da Câmara que determinam os seus vencimentos. E vale lembrar que todos estes benefícios foram aprovados com anuência dos vereadores nestes anos todos. O Sindserv não se furtará em debater este assunto polêmico, que vai além de uma simples liminar dada na Justiça.
Destacamos que a análise do mérito e o julgamento dessa questão (sobre a legalidade ou ilegalidade dos benefícios) devem ser realizados pelo Poder Judiciário. Nosso papel foi apenas o de garantir o direito de defesa e o exercício do contraditório, através de processos administrativos. E que a decisão final deverá ser cumprida pelas partes.

Segunda paralisação em três meses; ad

Cerca de 120 servidores públicos municipais de São Sebastião participaram em 11 de agosto da segunda paralisação da categoria em menos de três meses. Com várias faixas e palavras de ordem, os servidores pediam explicações da administração sobre o porquê da falta do repasse. Nenhum representante da administração conversou com a categoria.

Aos gritos de "servidor na rua, prefeito a culpa é sua", o movimento seguiu depois pelas ruas do Centro Histórico e pela Avenida Guarda Mor Lobo Viana pedindo desculpas ao comércio e a população pela intransigência da administração pública, mas fez questão de frisar que a desvalorização do servidor também diminui o seu poder de compra no comércio local.

Na tribuna, presidente relata situação da categoria

O dia de paralisação dos servidores públicos municipais de São Sebastião teve seu desfecho final na Câmara, quando a presidente do Sindserv, Audrei Guatura, usou a tribuna para falar dos 9,35% de reposição salarial que ainda não foram pagos pela administração.

A presidente explicou e debateu com os presentes o porquê a categoria decidiu pela segunda paralisação, já que o governo não fez o repasse previsto em lei.

"Tivemos várias tentativas de negociação, fui bem recebida pelo prefeito, mas isso não basta. Queremos aquilo que nos é garantido por lei. Não estamos brigando por aumento e sim o repasse da inflação", disse Audrei.

Ela explicou ainda que levou ao conhecimento do prefeito uma lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff que permite aos municípios, estados e federação que tenham acesso pelo menos 70% dos valores que estejam retidos por conta de processos judiciais.

"Isso vale para o caso do IPTU da Petrobras. Se a prefeitura conseguir receber pelo menos R$ 56 milhões já poderia realizar remanejamentos e então conceder o reajuste da categoria. Basta ter vontade para isso. Como não obtivemos resposta, fizemos a paralisação. A categoria não aguenta mais a mesma desculpa. Os servidores merecem e exigem uma resposta", comentou.

4 de setembro: prazo para que prefeito responda à Câmara sobre o reajuste

Câmara Municipal de São Sebastião
Litoral Norte – São Paulo

REQUERIMENTO
Nº. 31/ /2015

Senhor Presidente,
Dignos Pares;

Os vereadores infra-assinados nos termos regimentais em vigor, REQUEREM a Mesa Diretora, seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, solicitando digne-se Sua informar para conhecimento desta Casa o que segue:

a) qual a possibilidade do Executivo efetuar a reposição inflacionária aos servidores públicos municipais?
b) Qual a possibilidade de tal reposição ser efetuada, caso necessário, através dos depósitos judiciais conforme prevê a Lei Complementar Federal nº. 151/15.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se tal medida, visto que no dia 11 de agosto p.p., após a utilização da Tribuna Livre desta Casa, pela Presidente do Sindserv, ficou acertado que os Vereadores iriam se empenhar para que os servidores fossem contemplados com tal medida.

Plenário da Câmara Municipal, SALA VERREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS, 18 de agosto de 2015.

A Câmara de São Sebastião aprovou um requerimento que vai cobrar explicações da administração sobre o não repasse da inflação aos servidores públicos municipais em 2015.

Após aprovação em assembleia, os servidores pediram 15,63% (acumulado da inflação de 2014 e 2015), porém a administração concedeu apenas 6,28%, restando, portanto, 9,35%.

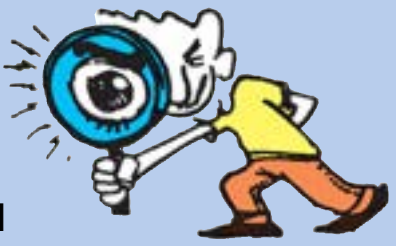
Todos os vereadores assinaram o requerimento e nele a Câmara questiona a possibilidade do repasse ainda este ano.

Questiona também a possibilidade de tal reposição vir após a análise de uma lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff que permite o resgate de 70% de valores que estejam bloqueados em contas judiciais, como é o caso do IPTU da Petrobras.

Com a aprovação do requerimento, o prefeito de São Sebastião, Ernane Primazzi (PSC), tem pelo prazo regimental de 15 dias para responder a Câmara, ou seja, dia 4 de setembro.

Administração volta a culpar Petrobras....

Estamos de olho!!!!



A "desculpa" da Lei de Responsabilidade Fiscal

Cada vez os prefeitos de municípios com população abaixo de 100 mil habitantes, entre eles, o de São Sebastião, acabam utilizando como "desculpa" - para não conceder a reposição salarial dos servidores - a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo a legislação, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê um teto de 51,3% dos gastos com funcionalismo.

Publicação feita pela própria Prefeitura de São Sebastião em seu Diário Oficial apontou que a administração gastou de janeiro a maio deste ano com a folha de pagamento R$ 217 milhões, o que representaria 46,70% do orçamento.

"São Sebastião é a cidade que melhor paga salários. Não podemos ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal em relação ao orçamento com folha de pagamento. Hoje, por conta da queda da arrecadação por causa da Petrobras, estamos perto do limite", disse o prefeito Ernane Primazzi (PSC).

Porém, o próprio relatório publicado pela administração mostrou que para atingir o limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal (54%), o prefeito poderia ainda gastar mais R$ 30 milhões, ou seja, dinheiro suficiente para concessão de reajuste maior que os 6,28% repassados.

Queda na arrecadação, IPTU da Petrobras, Lei de Responsabilidade Fiscal....só faltou citar a falta de planejamento e o inchaço da máquina com cargos comissionados.

O Sindserv entende que, desde que foi criada, esta lei tem servido basicamente para arrochar o salário dos servidores federais, estaduais e municipais.

Participamos das lutas sindicais para modificar a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao gasto com pessoal pela administração pública. A ideia é criar leis e outros mecanismos para impedir a terceirização no setor público e criar um Plano de Carreiras.

Conselheiros do FAPS vão ter de prestar contas na Câmara

Os vereadores de São Sebastião aprovaram, por unanimidade de votos, um projeto de lei que trata do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores (FAPS).

A proposta é para que os conselheiros façam quadrimestralmente uma prestação de contas na Câmara, apresentando um balanço financeiro, o patrimônio, os investimentos e aplicações do Fundo.

Segundo o levantamento feito pelo Alerta Servidor, o Fundo já ultrapassou os R$ 755 milhões de patrimônio.

Pelo menos 2.680 servidores estão ativos, 658 estão aposentados e 227 são pensionistas. Somente com os aposentados, o pagamento chega a R$ 2,1 milhões. Já com os pensionistas chega a R$ 417 mil.

Segundo os dados, o dinheiro do FAPS nos fundos de aplicação rendeu cerca de R$ 30 milhões este ano. Porém, ainda continuam retidos no Banco Santos cerca de R$ 11,6 milhões.

Servidores aprovam manutenção de plano de saúde Santa Casa

Os cerca de 50 presentes preferiram a manutenção da atual empresa, a Santa Casa Saúde

Em assembleia realizada na sede do Sindserv, os servidores decidiram manter o contrato com a Santa Casa Saúde.

Duas propostas foram apresentadas, entre elas, a migração para outra empresa de plano de saúde, porém os cerca de 50 presentes preferiram a manutenção da atual empresa e do plano, mesmo com a previsão de aumento de até 35% nos planos.

Segundo o Sindserv, o aumento seria maior por conta da defasagem ao longo dos anos e também da alta taxa de sinistralidade, o que poderia elevar o reajuste em 120%. Porém, a entidade conseguiu que o percentual ficasse nos 35%.

Fique atento as armadilhas!!!

Pelo plano oferecido pelo Sindserv, pessoas de zero a 58 anos pagam o mesmo valor (R$ 170,71 mensais), mas com a garantia de ter o número de exames e consultas ilimitados. Ou seja, não vai desembolsar nenhum outro valor.

Já pelo convênio com outras associações, o servidor, além da mensalidade, paga taxas eventuais por outros serviços.

Como exemplo, uma pessoa entre 44 e 48 anos paga mensalmente em uma associação R$ 160,12, porém terá de arcar mais R$ 15 por cada consulta eletiva, R$ 6 por cada exame e mais R$ 20 por cada internação. Ou seja, o paciente dessa faixa etária pagaria R$ 201,12 se precisa de um exame, uma consulta e uma internação. No plano do Sindserv pagaria R$170,71.

O futuro....

Por Dra. Tânia Regina Sarak

Primeiramente gostaria de me apresentar aos amigos servidores. Sou Tania Regina Sarak, dentista aposentada pela Prefeitura de São Sebastião desde 2007. Minha formação é odontóloga sanitarista e administradora de serviços de saúde. Já atuei em escolas e postos de saúde.

Hoje faço parte do Conselho Municipal de Saúde (cadeira do Sindicato), Conselho Municipal da Assistência Social (cadeira do Sindicato) e Conselho Municipal da Condição Feminina (como usuária). São nestes conselhos que a comunidade e as entidades têm voz e me coloco sempre a disposição dos servidores.

Mas vamos ao que interessa. Este espaço, entendo, que deve ser usado para que possamos passar uma mensagem ao servidor.

Durante os 24 anos em que estive servindo a prefeitura foram extremamente gratificantes, já que em todos os momentos de minha vida trabalhei com prazer, mesmo sabendo das dificuldades do cotidiano. Foram 24 anos que passaram muito rápido.

Hoje faço parte da diretoria do Sindserv e o que me move a estar presente em todas as lutas sindicais é que até hoje eu não vi ser criado efetivamente o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Servidor.

Sou confiante e tenho certeza que um dia isso vai acontecer. Os servidores devem estar conscientes de que todos temos de lutar juntos, ao lado sindicato.

O servidor precisa ter consciência que um dia todos irão se aposentar e essas perdas que se arrastam por anos farão falta lá na frente.

Muitos administradores vieram, prometeram e NÃO cumpriram o tão sonhado Plano de Carreira. Por isso, amigos servidores, temos que acordar para essa luta!

Estive e estarei sempre presente nos momentos de reivindicação. Nunca deixarei de lado esse meu lado revolucionária na busca pela justiça. Vamos à luta! Juntos, somos mais fortes.

Revitalizada Comissão de Segurança do Sindserv

Membros da Comissão de Segurança do Sindserv se reuniram em assembleia para revitalização dos trabalhos e a inclusão de novos membros.

Na oportunidade, ficou decidido que a atual composição será convidada a permanecer na Comissão e se juntar a outros membros.

Além disso, na assembleia ficou decidido que os membros que tiverem falta injustificada em três reuniões serão automaticamente exclusos.

Um novo encontro será agendado para que os membros escolham um presidente.

4º Arraiá do Sindserv reúne centenas de servidores em Boiçucanga

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião promoveu em Boiçucanga, o 4º Arraiá do Sindserv. Centenas de pessoas prestigiaram a festa e puderam se deliciar com comidas típicas, vinho quente, quentão, além de brincadeiras para a criançada. O ponto alto foi o show de prêmios com sorteio de vários brindes, além do bingo de uma televisão de 22 polegadas. Apoiaram o evento as seguintes empresas: Wizard, Wisinet, Casas Buzzo, Papelaria Mega, Soesp Odonto, Padaria Elite e Kit Festas Nadir.

Greves e demissões atingem a região

Greve do INSS ja dura mais de um mês

As greves e paralisações continuam sendo deflagradas em várias regiões. O arrocho tem levado milhares de trabalhadores para as ruas, cansados de justificativas esdrúxulas.Anúncio de demissões, falta de reposição salarial, perseguições, equiparação salarial são alguns dos pontos levantados por diversas categorias.

A Volkswagen realizou demissões na fábrica de Taubaté e o Sindicato dos Metalúrgicos acionou a Justiça contestando. De acordo com a entidade, a montadora descumpriu um acordo assinado em 2012 ao demitir cerca de 50 metalúrgicos. Os trabalhadores haviam rejeitado uma proposta da empresa para um novo acordo de trabalho, que incluía novos benefícios no plano de demissão voluntária e propunha a redução do tempo de aposentadoria, de 35 para 33 anos e seis meses de contribuição. O sindicato acredita que as demissões foram retaliações da proposta que não foi aprovada.

Em São José dos Campos, uma vitória: os trabalhadores da General Motors (GM) aprovaram o acordo que adia as 798 demissões na unidade e encerraram uma greve que já durava duas semanas. Os funcionários que seriam demitidos terão os contratos suspensos por cinco meses. A proposta ainda prevê pagamento adicional de quatro salários nominais a cada um dos funcionários ao final do período em layoff. Além disso, a GM também aceitou promover a antecipação da aposentadoria dos empregados e dar início a um novo Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

A greve dos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), iniciada há mais de um mês, segue sem acordo e a categoria continua a luta. A categoria pede reposição salarial de 27,3%, referente aos últimos quatro anos, além de melhores condições de trabalho, concursos públicos para a reposição do quadro de servidores, incorporação das gratificações e paridade salarial entre ativos e aposentados.E a mais recente, trabalhadores do Porto de São Sebastião paralisaram as atividades por 24 horas. Segundo informações do Sindaport, a adesão foi de quase 100% no setor operacional. Foram paralisados os serviços de balança, pátio e operação de navios. O impasse continua.

Você Sabia?

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seu artigo 139, será concedido adicional de insalubridade ou periculosidade ao servidor municipal que exerce atividade considerada insalubre ou perigosa.

As atividades são aquelas exercidas em local insalubre ou perigoso, assim considerados aqueles que tenham sido previamente avaliados e classificados pela Administração Pública.

A insalubridade de grau mínimo corresponderá um adicional de 8%, a de grau médio um adicional de 12% e a de grau máximo, um adicional de 16%, quaisquer deles calculados sobre o valor inicial da Referência I da Tabela de Vencimentos dos servidores municipais.

Já o adicional de periculosidade será de 20% calculado sobre o salário base do servidor solicitante.

O adicional de Risco Atividade e Penosidade serão correspondentes aos estabelecidos em regulamento próprio (Decreto), calculado sobre o vencimento básico do servidor solicitante.

É importante ressaltar que compete ao órgão responsável pela Segurança do Trabalho Municipal elaborar laudo de avaliação e classificação dos locais e atividades insalubres ou perigosas expedindo laudo avaliatório, e dele discordando, o servidor interessado, fica-lhe assegurado o direito de solicitar a elaboração de novo laudo.

Filie-se e venha fazer parte da luta do Sindserv!

A união e força mostradas pelos servidores públicos de São Sebastião nos últimos meses só nos faz ter mais orgulho da categoria. O servidor municipal tem fortalecido a sua entidade para o enfrentamento de lutas da categoria.

Sem medo, fomos às ruas e na porta da Prefeitura para reivindicar nossos direitos. A luta deve permanecer e para isso temos que nos unir cada vez mais.

O Sindserv vai ganhando cada vez mais o seu reconhecimento e quer continuar essa parceria. Nas assembleias, nos postos de trabalho ou nas sedes da entidade, estaremos sempre ouvidos e lutando pela categoria.

Por isso convidamos você a participar da "Campanha de Filiação". A intenção do projeto é facilitar a adesão de novos filiados aos quadros da entidade, como por exemplo, preenchendo a ficha ao lado e entregando em uma das sedes do Sindicato junto com seus documentos.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião
Rua José David do Vale, 33 – Centro – São Sebastião – SP – CEP:11.600-000
Tel. (12) 3892.1545 Fax: (12) 3892.4097 – 8121.8526
CNPJ: 50.322.130/0001-19 Site: www.sindserv.com / Email: sind.serv@uol.com.br

FICHA DE FILIAÇÃO

NOME:_____

JÁ É FILIADO AO SINDICATO? ( ) SIM ( ) NÃO DATA DA FILIAÇÃO:____/____/____

MATRÍCULA NA PREF. Nº.:_____ CARTEIRINHA SINDICAL:_____

R.G. Nº.: _____ C.P.F.: _____ DATA DE NASCIMENTO:___/___/___

SETOR:_____SECRETARIA:_____

CARGO:_____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO:_____CIDADE:_____

TELEFONES: RES.:_____COM.:_____CEL.:_____

DEPENDENTES:	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASC.

SÃO SEBASTIÃO, ___/___/___

Declaro, para os devidos fins, que os dados acima citados são expressão da verdade, e autorizo sua utilização para o meu cadastramento no SINDSERV. Bem como seu uso em eventuais convênios firmados pelo Sindicato, declaro também que não me oponho ao desconto, em minha folha de pagamento, da contribuição sindical de 2% (dois por cento) de meu salário base, e também dos gastos realizados por mim e/ou meus dependentes firmados pelo Sindserv.

_____ Funcionário:

_____ Presidente do Sindserv

"Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras."
Artigo XIX
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)